



*Fundada em 1516
Distinguida com a Medalha
de Ouro da Cidade de Chaves
Em 12/12/85*

Relatório de Atividades e Contas de 2021



março de 2022

ENTREGUE NO CDSSS DE

PEÇAS FINAIS DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE 2021

DENOMINAÇÃO Santa Casa da Misericórdia de Chaves

MORADA Largo Caetano Ferreira

LOCALIDADE Chaves

FREGUESIA Santa Maria Maior

CONCELHO Chaves

CÓDIGO POSTAL 5400 - 136 CHAVES

RESERVADO AOS SERVIÇOS

Dist. Conc. IPSS
CÓD

--	--	--	--	--	--	--	--

ESPAÇO RESERVADO AO CENTRO DISTRITAL

PARECER:

EM _____

DESPACHO:

EM _____

A DIRECÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

LOCAL: Chaves

Chaves, 31 de março de 2022

DATA: 9 de março de 2021

ASSINATURAS: *[assinatura]*

ASSINATURA DO PRESIDENTE

Miguel dos Santos Martins
Solima Anshine José Femenó
Anna Paula Coelho Teófilo
Elmaria Ana Antunes

[assinatura]



ÍNDICE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2021

Órgãos Sociais.....	1
Introdução	2
I. AÇÕES DESENVOLVIDAS	4
1. Diálogo Institucional.....	4
2. Candidaturas Apresentadas	5
3. Externalização de serviços.....	7
II. EQUIPAMENTOS SOCIAIS	7
1. Lar N.º Sr.ª da Misericórdia/Chaves	7
2. Lar N.º Senhora da Conceição/Vidago	8
3. Lar de Santa Isabel / Vilar de Nantes	9
4. Centro Social de Casa dos Montes	9
5. Centro Social de Vilarelho da Raia.....	10
6. Casa de Acolhimento (Escola de Artes e Ofícios)	10
7. Apoio à Terceira idade.....	11
8. Apoio à Infância	13
9. Apoio à Infância e Juventude	13
III. EQUIPAMENTOS RELIGIOSOS.....	13
Igreja da Misericórdia.....	13
Capela do Senhor do Calvário	13
Nicho do Senhor dos Passos.....	14
IV. ADMINISTRAÇÃO GERAL DA IRMANDADE.....	14
Gestão do Património.....	14
Serviços Operativos	14
GESTÃO ECONOMICA E FINANCEIRA	
1. Gestão Económica e Financeira	15
2. Perspetivas	20
3. Proposta de aplicação de resultados	20
4. Nota Final.....	21
RELATÓRIO DE CONTAS 2021	
1. CONTAS DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2021.....	22



2. BALANÇO	23
3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	24
4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	25
5. ANEXO	26
5.1. Identificação da Identidade.....	26
5.2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	26
5.2.1.Indicação do referencial contabilístico	26
5.3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	27
5.3.1 Principais políticas contabilísticas:	27
5.4. Ativos fixos tangíveis	34
5.5. Custos de empréstimos obtidos.....	36
5.6. Inventários.....	36
5.7. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	37
5.8. Subsídios e outros apoios das entidades públicas.	37
5.9. Instrumentos financeiros	38
5.10. Benefícios dos empregados.....	42
5.11. Acontecimentos após a data de balanço.	42
5.12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	43
5.13. Outras divulgações.	43
5.13.1. Caixa e depósitos bancários.	43
5.13.2. Créditos a receber e outros ativos correntes.....	44
5.13.3. Estado e Outros Entes Públicos.....	44
5.13.4. Diferimentos.....	45
5.13.5. Fornecedores e outros passivos correntes.	45
5.13.6. Rédito.	46
5.13.7. Subsídios.....	47
5.13.8. Fornecimentos e serviços externos.....	47
5.13.9. Gastos com o pessoal.....	48
5.13.10. Outros rendimentos.	48
5.13.11. Outros gastos.	49
5.13.12. Juros e gastos similares suportados.....	49



Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

- Presidente Hélder Amadeu Batista Sá
- Secretário efetivo Joaquim Tomaz
- Secretário efetivo Alípio Martins Afonso

Conselho Fiscal/Definitório

- Presidente Jorge Gualdino Lourenço Melo
- Vogal efetivo Vítor Manuel Salgado Dias
- Vogal efetivo Fernando José Ramos
- Suplente Fernando José Barreira Machado Pereira
- Suplente Manuel Pedro Oliveira Branco Teixeira

Mesa Administrativa

- Provedor Jorge Alexandre Rodrigues Pinto de Almeida
- Vice-Provedor Anselmo José Martins
- Tesoureiro Miguel dos Santos Martins
- Secretário Sónia Cristina Adães Ferreira
- Vogal efetivo Marco Paulo de Carvalho Terrão
- Vogal efetivo Eduardo Amílcar Teixeira da Cruz
- Vogal efetivo António Joaquim Pinto Dias
- Vogal suplente Américo Nunes Peres
- Vogal suplente Maria José Pessoa
- Vogal suplente Maria Olímpia Vicência Mairos
- Vogal suplente Carlos Aires Latoeiro



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2021

Introdução

O presente documento - Relatório de Atividades e Contas de Gerência do ano de 2021, pretende levar ao conhecimento da Assembleia Geral de Irmãos o trabalho desenvolvido ao longo do ano transato, colocando o mesmo à apreciação e votação dos Digníssimos Irmãos, num ano de incertezas originadas pela pandemia que abalou o Mundo inteiro e que não terminou.

Após este período de grandes adaptações por força da pandemia, foi muito importante o envolvimento, esforço e dedicação de todos os trabalhadores/colaboradores, no desempenho das suas funções, minimizando os problemas resultantes da COVID19. Bem-Haja a todos pelo o empenho colocado na resolução das adversidades sentidas.

As atividades desenvolvidas nos diversos equipamentos e respostas sociais foram norteadas pelo Plano de Atividades previsto para cada resposta, focado no bem-estar dos utentes, procurando corresponder às suas expectativas e anseios, enfrentando os desafios resultantes das consequências económicas e sociais da pandemia.

Neste ano atípico, sempre que possível, foram promovidas ações cujo intuito foi difundir o espírito de solidariedade, nomeadamente com as pessoas em situação de dificuldades ou em exclusão social, adaptando-nos com base nas orientações da Direção Geral de Saúde, obrigando-nos a restringir os convívios aos espaços físicos da Misericórdia e seus utentes acolhidos.

Apesar dos constrangimentos de natureza económica e financeira com que esta Instituição se depara há vários anos, e com aqueles que surgiram durante o nosso mandato, dificultando a reestruturação pensada inicialmente, tudo faremos para prosseguir o reequilíbrio financeiro da Santa Casa da Misericórdia de Chaves.

Em consequência de atualizações salariais e aumentos anuais do salário mínimo nacional, a rubrica de custos com o pessoal, continua a ter uma grande expressão no cômputo geral dos custos da Instituição. Embora o número de colaboradores tenha reduzido em 2021, o custo com esta rubrica não reflete tal redução, pois, para além do referido, houve necessidade de recorrer à contratação de recursos humanos (apoiados



pelo IEFP) para reforço nas tarefas desenvolvidas de trabalhadores, nomeadamente nos períodos mais críticos, originados pelo COVID 19.

Demos início à construção, através da empresa EDIBARRA, da empreitada Centro Social de Casas dos Montes – Alteração e Ampliação do Lar, que irá albergar os utentes em acordo de cooperação nas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas do Lar Nossa Senhora da Misericórdia e Lar Pe. Justino Magalhães (65+14). Esta infraestrutura albergará oitenta utentes, prevendo-se a sua conclusão para setembro deste ano.

Os idosos em geral, e os nossos utentes em particular, foram os que mais sofreram o impacto da pandemia, pelo que continuaremos a apostar no trabalho desenvolvido pelas nossas equipas multidisciplinares tentando minimizar as consequências do isolamento social.

A otimização das atividades de cada resposta social, numa lógica de rentabilização de recursos, primando pela qualidade dos serviços, conforto e bem-estar dos utentes, será a nossa prioridade.

Com determinação, motivados e unidos, pugnando pelos superiores interesses da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, levaremos a bom porto os objetivos a que nos propusemos, tendo sempre como farol a missão esta secular Instituição.

Chaves, 09 de março de 2022

A Mesa Administrativa

João Paulo de Almeida

Riguel dos Santos Martins

Santa Rufina Idas Penente

João Paulo Carlos

Estrela Portugal



I. AÇÕES DESENVOLVIDAS

1. Diálogo Institucional

A Santa Casa da Misericórdia de Chaves procurou manter m diálogo permanente e profícuo com todos os seus parceiros, contribuindo deste modo para uma relação institucional estratégica, nomeadamente através da cooperação com a Segurança Social, Instituto de Emprego e Formação Profissional, União das Misericórdias Portuguesas, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social, Câmara Municipal de Chaves, Diocese de Vila Real, Escola Superior de Enfermagem, Cruz Vermelha Portuguesa – Alto Tâmega, Serviços de Saúde, Instituições Financeiras, Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa, Agrupamentos Escolares.

No que respeita à Segurança Social, neste ano atípico, foi essencial o acompanhamento de proximidade dos seus Técnicos e poder contar com a disponibilização e interpretação da sucessiva legislação produzida e destinada ao setor social nas suas várias vertentes.

Em articulação com o Instituto Politécnico de Bragança, a Segurança Social de Vila Real, IP, permitiu novas formas de apoio com a realização de testes de rastreio semanais aos trabalhadores, o que permitiu monitorizar os contágios.

De realçar as reuniões decorridas entre a Mesa Administrativa e a Direção da para discutir estratégias com vista à sustentabilidade da Instituição.

Também as relações com as Autoridades de Saúde Local e com a Proteção Civil Municipal foram uma constante ao longo do ano. Estiveram presentes nas visitas às ERPI's efetuadas pelos Técnicos da Segurança Social sempre numa postura colaborante. A Autoridade de Saúde Local deu um enorme contributo no apoio à testagem de utentes e colaboradores assim como no processo de vacinação.

Estabelecemos ainda diálogo institucional com os Sindicatos dos trabalhadores desta Instituição numa lógica de convergência de esforços e objetivos.

A Santa Casa da Misericórdia de Chaves, enquanto associada da União das Misericórdias Portuguesas e a Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade Social, recebeu o apoio desta Instituições que, para além de facilitadores das relações Institucionais com



outros parceiros, permitiram a esta Instituição manter-se permanentemente informada/atualizada, cumprindo com o disposto em matéria de segurança para enfrentar a pandemia.

A Câmara Municipal de Chaves tem-se revelado um parceiro estratégico na resposta à população mais carenciada, nomeadamente através da celebração de protocolos de cooperação, como seja o celebrado para fornecimento de refeições a população carenciada em tempo de pandemia.

Nunca é demais realçar o protocolo assinado, por dez anos, relativo a uma comparticipação financeira no valor de setenta mil euros anuais para apoio ao investimento, o que contribuirá enormemente para a sustentabilidade da Instituição.

2. Candidaturas Apresentadas

Programa Adaptar Social +, do Instituto da Segurança Social - candidatura apresentada para a adaptação dos equipamentos sociais às condições que garantam a implementação das medidas preventivas de contágio da COVID-19 face às recomendações das autoridades competentes estabelecidas no contexto de pandemia. Obtivemos um apoio financeiro na ordem dos 8 000,00€ (oito mil Euros).

Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar – no ano 2021 submetemos uma candidatura que se consubstancia num apoio financeiro às instituições em que a remuneração mensal média dos Educadores de Infância é superior a 1 154.70€ (mil cento e cinquenta e quatro euros e setenta cêntimos). A Santa Casa da Misericórdia de Chaves apresentou candidatura neste âmbito e recebeu um apoio de cerca de 1 500,00€ (mil e quinhentos euros).

Fundação “La Caixa” - Iniciativa Social Descentralizada 2021 - em articulação com o BPI, foi apresentada uma candidatura através da qual a Misericórdia de Chaves adquiriu material para fisioterapia para utilizar em todos os equipamentos sociais, nomeadamente Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, permitindo que esta atividade chegue a um número significativo dos utentes seniores. O projeto apresentado, “Andarilhos em Movimento”, mereceu aprovação e contou com uma comparticipação da Fundação “la Caixa” paga através do Banco BPI no montante de 6 000,00€ (seis mil euros).



Recursos Humanos

- Foram apresentadas e aprovadas candidaturas ao programa **MAREESS – Medida de Apoio ao reforço de Emergência e Equipamentos Sociais e de Saúde**, do IEFP. Sendo esta uma medida temporária e excecional, consistiu no apoio à realização de trabalho socialmente necessário para assegurar a capacidade de resposta das instituições do setor solidário com atividade na área Social e da Saúde, durante a pandemia por COVID-19. Através desta medida recebemos vinte e um trabalhadores nos diversos equipamentos sociais da Instituição.
- Foram apresentadas e aprovadas candidaturas à Medida **CEI e CEI+**, do IEFP, para a realização de trabalho socialmente necessário por parte de desempregados beneficiários de subsídio de desemprego ou de subsídio social de desemprego, através dos quais recebemos dois trabalhadores em dois equipamentos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Chaves.
- Foram apresentadas e aprovadas quatro candidaturas para **Estágios – Medida Ativar.pt**, através dos quais foi possível reforçar os cuidados diretos ao idoso, em algumas respostas sociais que esta Instituição disponibiliza, nomeadamente Psicólogos e Assistentes Sociais, fundamentais durante este período em que o confinamento prolongado privou os idosos de práticas habituais fundamentais para a manutenção da saúde física e mental.
- Continuamos a garantir o acolhimento de **Estágios Curriculares** no âmbito do protocolo de cooperação que existe com entidades do Ensino Superior, numa lógica de ganho para ambas as partes, contando com o conhecimento adquirido pelos profissionais (cinco estágios durante 2021), e a disponibilidade que se proporciona de colocar esse conhecimento ao serviço da comunidade através da participação nas diversas atividades desenvolvidas na Instituição.

Formação Modular cofinanciada - através do IEFP e em articulação com uma empresa do Concelho, foi possível, durante o ano de 2021, avançar com o Plano de Formação elaborado com base no levantamento das necessidades formativas dos colaboradores, cumprindo simultaneamente com a legislação em vigor no que a esta matéria diz respeito.



Ações de formação desenvolvidas: Segurança e Saúde no Trabalho – Situações Pandémicas/Epidémicas; Técnicas de Posicionamento, Mobilização Transferência e Transporte e Cuidados na Alimentação e Hidratação.

Importa ainda referir as ações de formação internas previstas e realizadas, nomeadamente na área dos cuidados de saúde, sob a responsabilidade da equipa de saúde (médico, enfermeiros e auxiliares de ação médica) da Santa Casa da Misericórdia de Chaves.

3. Externalização de serviços

Com o intuito de caminhar para uma maior eficiência e eficácia dos serviços prestados, durante o ano de 2021, continuamos a apostar na externalização de alguns serviços que, pela sua natureza, revelam uma necessidade de gestão mais profissional de modo a garantir o cumprimento das disposições legais e a prestação de um serviço de qualidade:

- Serviço de confeção de refeições
- Serviço de lavandaria
- Segurança, Saúde e Higiene no Trabalho
- Renting de viaturas

II. EQUIPAMENTOS SOCIAIS

1. Lar N.ª Sr.ª da Misericórdia/Chaves

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, situada no centro histórico da cidade de Chaves, tem capacidade e acordo de cooperação com a Segurança Social, para 65 utentes em regime de internamento.

Centro de Dia, capacidade para 40 utentes e acordo com a Segurança Social, para 32.

Serviço de Apoio Domiciliário, com capacidade para 65 utentes e acordo para 52.



Programa de Emergência Alimentar

Cantinas Sociais, com capacidade para 50 refeições/diárias, com Protocolo de Colaboração com a Segurança Social, para a totalidade dos utentes.

Com a desativação em finais de 2019 de uma ala do edifício onde funciona esta Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), ficaram por preencher trinta e três vagas protocoladas, o que pressupôs ao longo do ano de 2021 uma perda muito significativa das receitas referente à verba oriunda das participações da Segurança Social - mais de 160 000.00€ (cento e sessenta mil euros), assim como das participações familiares 240 000.00€ (duzentos e quarenta mil euros).

A aprovação da Candidatura do Projeto para a ampliação e alteração do Lar Padre Justino Magalhães, em Casas dos Montes, permitirá acolher os 65 utentes protocolados para esta ERPI assim como os 14 acolhidos no referido Lar.

A obra em curso desde janeiro 2020, resultante de uma candidatura ao Programa Norte 2020 – “Centro Social de Casas dos Montes – Alteração e Ampliação do Lar”, decorre dentro dos prazos previstos. Este empreendimento permitirá a requalificação do edifício do Lar Pe. Justino Magalhães e o acolhimento dos utentes em acordo de cooperação da ERPI Lar Nossa Senhora da Misericórdia.

2. Lar N.ª Senhora da Conceição/Vidago

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, situada na Vila de Vidago, tem capacidade para 65 utentes em regime de internamento, com acordo de cooperação com a Segurança Social, para 60 dos utentes.

Serviço de Apoio Domiciliário, com capacidade para 30 utentes e acordo com a Segurança Social, para 15.

Creche, com Licença de Funcionamento para 40 crianças, sem acordo de cooperação com a Segurança Social.

Em dezembro de 2021 foi apresentada candidatura ao **Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP)**, no sentido de obter Acordo de Cooperação para a totalidade das vagas



autorizadas nesta Creche, já em funcionamento, com uma frequência média de 25 crianças. Aguardamos resposta.

Programa de Emergência Alimentar

Cantinas Sociais, com capacidade para 48 refeições/diárias, com Protocolo de Colaboração com a Segurança Social, para a totalidade dos utentes.

3. Lar de Santa Isabel / Vilar de Nantes

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, situada na freguesia de Vilar de Nantes, tem capacidade para 65 utentes em regime de internamento, com acordo de cooperação com a Segurança Social, para 60 utentes.

Serviço de Apoio Domiciliário, com capacidade para 20 e acordo com a Segurança Social, para a totalidade dos utentes.

4. Centro Social de Casa dos Montes

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, situada no lugar de Casas dos Montes, freguesia de Santa Maria Maior, tem capacidade e acordo de cooperação com a Segurança Social, para 14 utentes em regime de internamento.

Esta estrutura encontra-se a funcionar provisoriamente nas instalações da Escola de Artes e Ofícios, as quais foram devidamente adaptadas para o efeito.

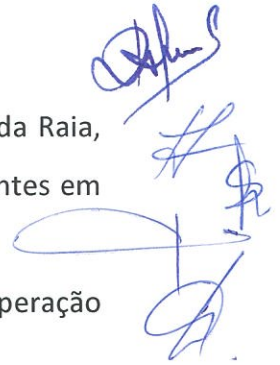
Pré-Escolar, com capacidade para 46 crianças e acordo de cooperação com a Segurança Social, para 33.

Creche, com capacidade para 56 crianças e acordo de cooperação com a Segurança Social, para 44.

5. Centro Social de Vilarelho da Raia

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, situada na freguesia de Vilarelho da Raia, tem capacidade e acordo de cooperação com a Segurança Social, para 14 utentes em regime de internamento.

Serviço de Apoio Domiciliário, com capacidade para 30 utentes e acordo de cooperação para 10 utentes.



6. Casa de Acolhimento (Escola de Artes e Ofícios)

Lar de Infância e Juventude, estrutura residencial para crianças e jovens em perigo, com acolhimento prolongado em regime de internato, com capacidade e acordo de cooperação para 50 utentes.

Centro de Acolhimento Temporário, estrutura residencial de acolhimento temporário de curta duração em regime de internato, com capacidade e acordo para 20 utentes.

Em 2021, o Lar de Infância e Juventude e o Centro de Acolhimento Temporário, continuaram a funcionar com uma ocupação média mensal inferior a 50% da capacidade de acolhimento existente.

Sendo que a gestão das vagas destas respostas sociais são da responsabilidade da Segurança Social, sendo a monitorização deste procedimento alheia à Misericórdia, a capacidade encontra-se subaproveitada e, apesar da publicação da Lei 142/2015 de 8 de setembro, no sentido da adequação destas respostas sociais a uma nova resposta designada por Casa de Acolhimento, ainda não foi possível definir os termos nos quais funcionará de futuro uma vez que ainda não há orientações específicas nesse sentido.

Em agosto de 2021 foi formalizada e submetida uma **Demonstração de Interesse (DI) n.º 1/DI/2021 para a resposta Social Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens**, no sentido de rentabilizar os recursos atualmente alocados à resposta Casa de Acolhimento, cuja frequência dista da capacidade instalada.

Com este Acordo de Cooperação candidatado, pretendemos rentabilizar os recursos físicos e humanos atuais e obter mais receitas associadas ao equipamento social Casa de Acolhimento. Os custos inerentes à abertura desta nova resposta social seriam pouco



expressivos pois referem-se, apenas, à reestruturação/reforço do atual quadro de recursos humanos. Aguardamos resposta.

7. Apoio à Terceira idade

ERPI`S – Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas

As Estruturas Residenciais para Idosos visam o alojamento permanente para pessoas com autonomia ou em situação de perda de independência /autonomia, beneficiando da intervenção de equipas técnicas multidisciplinares, com profissionais experientes que proporcionam um apoio biopsicossocial e cuidados de saúde.

No contexto de pandemia estas estruturas tiveram que se adaptar a uma nova realidade. Nesse sentido, foram elaborados e implementados Planos de Contingência com o objetivo de salvaguardar o bem-estar dos utentes, minimizando o risco de contágio e limitando a sua propagação no interior das instalações.

Das várias medidas e procedimentos adotados salientamos a utilização consciente de equipamentos de proteção individual no desenvolvimento das funções de todos os trabalhadores.

Foram realizadas várias ações de informação e sensibilização para a correta utilização dos equipamentos de proteção individual, conhecimento de fontes de transmissão da doença e medidas preventivas de disseminação da infeção.

No que diz respeito aos utentes, foram suspensas as saídas ao exterior por lazer, passamos a agendar e controlar as visitas dos familiares respeitando o distanciamento e as medidas de proteção que se impunham, privilegiando a comunicação com a família e amigos através de meios digitais.

As atividades de animação sociocultural passaram a ser, maioritariamente, de carácter individual e, quando em grupo, adaptadas às novas contingências.

Nestas respostas sociais foi possível assinalar a celebração da época litúrgica da Páscoa e do Natal, num contexto diferente, através dos meios digitais disponíveis, com animação religiosa e tarde recreativa.



SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário é uma resposta social que garante a satisfação das necessidades biopsicossociais e o bem-estar dos utentes, respeitando a sua permanência no domicílio, de forma a retardar a institucionalização. Esta resposta é procurada devido a situações clínicas e ao aumento do grau dependência dos cidadãos. Trata-se de um serviço cuja frequência oscila em função das necessidades dos próprios utentes, da ocupação de vaga noutra resposta social, nomeadamente ERPI, quando em situação de maior vulnerabilidade e dos óbitos.

CD – Centro de Dia

O Centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia de Chaves oferece aos seus utentes atividades socioculturais que procuram, antes de mais, ir ao encontro dos seus gostos e necessidades, procurando a dinamização do dia a dia.

Para o efeito, foram pensadas e realizadas atividades com objetivos concretos e exequíveis perante o contexto de pandemia, reabrindo esta resposta à comunidade, na modalidade convencional, já no final do ano de 2021, perante a solicitação dos próprios utentes e familiares.

Estes utentes foram, no entanto, apoiados no seu domicílio durante o período em que não foi possível reabrir o Centro de Dia.

Cantina Social

A Cantina Social constitui-se como uma resposta de intervenção no âmbito do Programa de Emergência Alimentar que assegura aos utentes, refeições diárias (almoço e/ou jantar), destinada ao consumo externo.

As pessoas que beneficiam de Cantina Social são maioritariamente beneficiários do Rendimento Social de Inserção, pessoas com emprego precário ou pontual e, ainda, pessoas em situação de sem abrigo.

No ano de 2021 houve um aumento das solicitações de Cantina Social, certamente motivado pelo período pós pandemia, pois deparamo-nos com situações de famílias que se viram privadas de rendimentos.



8. Apoio à Infância

As respostas de Creche e Jardim de Infância, sitos no lugar de Casas dos Montes, e a resposta Creche, sita em Vidago, desenvolveram as atividades possíveis (dentro das regras de distanciamento e outras de segurança devido à Covid19), inseridas no Projeto Educativo, constantes no plano anual de atividades.

Este ano transato estivemos condicionados no habitual relacionamento com os pais/encarregados de educação e a comunidade em geral, devido às circunstâncias já referidas.

9. Apoio à Infância e Juventude

Ao longo de 2021, foram desenvolvidas diversas atividades com as crianças e jovens residentes na Instituição, com o intuito de trabalhar a inclusão social e cidadania. Dentro do que foi possível dada a especificidade deste ano, procurámos manter a ocupação de tempos livres e prática de desporto dentro do espaço físico onde residem os jovens, considerando que estas práticas despertam o bem-estar físico, emocional e social, assegurando ainda todo o acompanhamento que pressupõe a sua permanência na Casa de Acolhimento.

Em tempo de férias letivas, e sempre que possível, foram promovidas diversas atividades lúdicas no exterior, contando com as contingências associadas à pandemia.

III. EQUIPAMENTOS RELIGIOSOS

Igreja da Misericórdia - Promove toda a atividade religiosa, incluindo a eucaristia diária (suspensa em época de pandemia), funcionando também como casa mortuária.

Dados o seu valor histórico, recebe ainda inúmeras visitas individuais e guiadas em grupo, respeitando as normas da DGS.

Capela do Senhor do Calvário - Funciona pontualmente como casa mortuária e tem como atividade religiosa principal a celebração da Via-Sacra.

Nicho do Senhor dos Passos - Nicho situado num pequeno Largo no encontro das ruas Padre Joaquim Fontoura com a rua do Aljube, mais conhecida como a antiga Rua do Anjo. A sua construção remonta ao século XVII.



IV. ADMINISTRAÇÃO GERAL DA IRMANDADE

Gestão do Património

Continuamos a proceder à intervenção necessária para uma correta identificação, registo e avaliação do património da Instituição. Este processo tem sido feito gradualmente, porque todos estes procedimentos acarretam custos significativos e carecem de tempo.



Serviços Operativos

Os serviços operativos da Santa Casa permitem que haja uma constante intervenção ao nível das necessidades de pequenas obras de beneficiação e reparação que surgem diariamente nos diversos equipamentos sociais.

Das intervenções verificadas, no âmbito das especialidades necessárias: construção civil, pichelaria, carpintaria e eletricidade, apenas recorremos a serviços externos em circunstâncias em que a especificidade da intervenção ou a sua dimensão o justificaram.

1. Gestão Económica e Financeira

Neste ponto, pretende-se mostrar o desempenho económico da instituição no ano findo, por via da análise dos rendimentos obtidos e gastos suportados, bem como apresentar a sua situação financeira no final de 2021. Esta visão do que foi o ano de 2021, tanto na vertente económica como financeira, vai ser feita tomando como termo de comparação os valores dos grandes agregados que caracterizaram o ano de 2020.

Começando pela vertente económica e no que concerne aos rendimentos anuais obtidos, o ano de 2021 apresenta algumas especificidades relativamente ao ano anterior. Assim:

- ✓ O valor das “Vendas e serviços prestados” apresenta uma evolução positiva de 99.466,89 €;
- ✓ O valor dos “Subsídios” apresenta um aumento de 221.001,51 € face ao período anterior, traduzindo-se num acréscimo de cerca de 9%;
- ✓ O valor dos “Outros rendimentos”, por oposição ao verificado nos pontos acima, sofreu um decréscimo de 167.758,34 €, o que representa uma redução de 53%.

Relativamente ao aumento verificado na rubrica de serviços prestados, cerca de 52% deste é explicado pelo acréscimo de faturação nos Lares.

Quanto à rubrica de “Subsídios”, importa referir que esta não se circunscreve às verbas transferidas pela Segurança Social, havendo outras fontes de rendimento que a compõem. É o caso, por exemplo, das transferências oriundas do IEFP a respeito dos apoios à contratação de pessoal, Município e outras. A maior parte do incremento verificado nesta rubrica provém dos apoios da Segurança Social, nos quais se verificou um aumento de 109.332,07 € face ao ano transato.

Por fim, e no que concerne às variáveis que afetaram o comportamento, pela negativa, da rubrica de “Outros Rendimentos”, destaca-se que a grande oscilação se verificou na



rubrica de correções relativas a períodos anteriores, sofrendo uma redução de 117.274,70 €.

Fruto das oscilações acabadas de analisar, o total dos rendimentos obtidos em 2021 aumentou 152.710,06 € em relação a 2020, a que corresponde uma variação percentual de 3,5%.

No domínio dos gastos suportados pela entidade, constata-se que a categoria que mais se destaca é a dos Gastos com o Pessoal. Na verdade, historicamente, estes Gastos assumem grande relevância pelo facto de comportarem valores muito elevados, a que naturalmente se associa um quadro de pessoal composto por um elevado número de efetivos.

Deve dizer-se que em instituições cujo objeto social passa pela assistência e apoio a pessoas idosas com alojamento e também pela exploração de creches e jardim-de-infância, é frequente e até normal os gastos com o pessoal assumirem valores muito significativos, já que se trata de atividades que exigem o concurso de muitas pessoas para que uma série de tarefas manuais possa ser executada, tudo para a concretização diária daquela assistência e apoio. Para além disso, as Leis e Regulamentos que orientam e regulam este tipo de atividades, cuja vigilância em termos de aplicação compete à Segurança Social, impõem todo um quadro de pessoal numeroso para a realização e apoio de atividades de carácter social.

Ocupando os Gastos com o Pessoal um lugar central na gama dos gastos globalmente suportados pela instituição e sabendo-se que a mesma não possui rendimentos para além daqueles que resultam da sua atividade normal/quotidiana, haverá que fazer um esforço diário e criterioso na gestão do pessoal, sob pena de se colocar em causa o equilíbrio económico da mesma, logo, a sua sustentabilidade.

Portanto e não se ignorando também o controlo a exercer sob outras categorias de gastos, o órgão diretivo da Santa Casa da Misericórdia de Chaves procurará exercer



atenta vigilância ao nível do seu quadro de pessoal, em ordem à respetiva e possível racionalização.

No que se refere ao comportamento do “Custo das Matérias Consumidas” e dos “Fornecimentos e Serviços Externos” (FSE), há que analisar tal comportamento numa perspetiva agregada. Na verdade, no decurso de 2020, o serviço de refeições e de lavandaria passou a ser prestado por duas entidades subcontratadas pela Santa Casa, facto que contribuiu para o crescimento importante daqueles Fornecimentos e Serviços e para o decréscimo, igualmente importante, do mencionado Custo das Matérias Consumidas.

Em consequência disto, em 2021 e em termos agregados, verifica-se que embora o custo das matérias consumidas apresente um comportamento de redução, o aumento verificado nos FSE acaba por absorver todo este decréscimo. Deste modo, no cômputo geral, verificou-se um aumento de 72.628,62 € neste tipo de gastos, o que se traduz num acréscimo de 6% face ao ano de 2020.

Relativamente à variação negativa registada nos valores respeitantes a “Outros Gastos”, a qual ascendeu a 24.922,16 €, explica-se pelo facto de em 2021 a entidade deixar de aplicar o método da equivalência patrimonial relativa à participação detida na Escola Profissional de Chaves, deixando, deste modo, de refletir nos resultados da Santa Casa os resultados desta participada.

As variações registadas no valor contabilizado a respeito das “Depreciações” e “Gastos de financiamento” não têm expressão material, pelo que não merece uma abordagem particular.

Do efeito conjugado da evolução dos Gastos e Rendimentos acabada de expor, resultou um acréscimo do valor do Resultado Líquido em 27.400,24 €. Todavia, esta recuperação não foi suficiente para o resultado líquido do período ser positivo, cifrando-se no valor negativo de 119.684,57 €.



ME euros

Contas de Resultados	2021	2020	Varição	Var. %
Vendas e prestação de serviços	1 863	1 764	99	5,61
Subsídios	2 564	2 343	221	9,43
Outros rendimentos	148	316	-168	-53,16
Total dos Rendimentos	4 575	4 423	152	3,44
CMVMC	293	446	-153	-34,30
FSE	1 021	795	226	28,43
Gastos c/ pessoal	3 084	2 927	157	5,36
Outros gastos	35	102	-67	-65,69
Gastos de financiamento	56	69	-13	-18,84
Depreciações	206	231	-25	-10,82
Total dos Gastos	4 695	4 570	125	2,74
Resultado líquido	-120	-147	27	-18,37

Vejamos agora a estrutura do Balanço nos dois anos findos:

ME euros

Balanço	2021	2020	Varição	Var. %
Ativo Não Corrente	8 257	7 980	277	3,47
Ativo Corrente	1 754	520	1 234	237,31
Total do Ativo	10 011	8 500	1 511	17,78
Total dos Fundos Patrimoniais	6 269	4 915	1 354	27,55
Passivo Não Corrente	2 569	2 496	73	2,92
Passivo Corrente	1 173	1 089	84	7,71
Total do Passivo	3 742	3 585	157	4,38
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo	10 011	8 500	1 511	17,78

As alterações mais importantes que surgem na estrutura do Balanço de 2020 para 2021 estão associadas ao Passivo da instituição, atingindo não só o Passivo Corrente como o não Corrente.

Essas alterações aconteceram por virtude da:

- Reestruturação do Passivo bancário, a qual conduziu a um aumento significativo do mesmo;



- Da imputação pela Segurança Social à instituição de responsabilidades financeiras de valor muito elevado resultante de um Processo aberto antes de 2021 (processo referente à inspeção de 2017), no contexto do qual foram detetadas várias irregularidades de natureza operacional e financeira.

Aquela reestruturação do passivo bancário implicou a contração de um financiamento bancário pelo valor de 1.850.000 €, com base no qual foram liquidados todos os financiamentos em curso à data. Por conseguinte, em termos líquidos, pode dizer-se que o aumento do passivo bancário é a resultante daquele valor, deduzido do valor dos financiamentos em curso à data da contração daquele financiamento.

Acrescentando ao aumento líquido do endividamento bancário aquelas responsabilidades que sobrevieram em 2021 para com a Segurança Social resultantes do incumprimento de regras de funcionamento na prestação de serviços aos utentes por parte da instituição – no valor aproximado de 882.000 € - obtém-se a explicação para o incremento do valor do Passivo não Corrente, já que o pagamento de tais responsabilidades e daquele financiamento será feito a longo prazo.

Por força do antedito, é evidente que a instituição tem, nesta altura, todas as suas obrigações em dia, tanto ao nível dos pagamentos a fornecedores como ao seu pessoal. Nestas circunstâncias, a gestão corrente tem vindo a processar-se sem sobressaltos, sem o risco inerente à suspensão dos fornecimentos dos *inputs* necessários ao exercício da sua atividade.

Também não existem dívidas em mora para com a AT nem para com a Segurança Social, encontrando-se negociado com esta o pagamento do valor acima mencionado.

2. Perspetivas

Foi elaborado um plano de atuação, a desenvolver num horizonte de médio prazo, com vista a:

- ✓ Racionalizar a atividade corrente da entidade;
- ✓ Implementar um conjunto de investimentos de valor significativo, com a finalidade de proporcionar a efetivação daquela racionalização e ir ao encontro dos padrões de exigência da Segurança Social no contexto da qualidade do serviço que deve ser prestado.

Já está em curso a implementação daqueles investimentos e a melhoria da qualidade das instalações da Santa Casa, tudo investimentos indispensáveis ao prosseguimento da atividade dentro dos padrões que se exigem, para o que se contará com o apoio:

- De fundos públicos em condições de subsídio ao investimento não reembolsável, resultante de verbas inerentes a programas comunitários aplicáveis;
- Apoio bancário decorrente da predita consolidação do passivo;
- Apoio por parte do Município, à luz e no contexto de um Contrato Programa que foi celebrado a propósito em 2019.

Para além destas preocupações, de cariz estratégico, a Mesa Administrativa terá de adotar uma postura de muita cautela no domínio da gestão corrente, considerando o aumento significativo do valor do passivo total a que acima se aludiu, embora a maior parte dele seja de maturidade relativamente longa.

3. Proposta de aplicação de resultados

Propõe-se que o Resultado Líquido do período, no valor de 119.684,57 €, negativo, seja mantido em Resultados Transitados.

4. Nota Final

Terminamos este relatório manifestando o nosso reconhecimento a todos os utentes, colaboradores, Irmãos da Santa Casa, instituições e outros que com a sua generosa participação contribuíram para o prosseguimento da nobre Missão da Santa Casa da Misericórdia de Chaves.

Chaves, 9 de março de 2022

A Mesa Administrativa

Jose Peito de Almeida

*Miguel dos Santos Matias
Sociedade União de Sociedades
João Paulo Correia
Edmundo Moura*





RELATÓRIO DE CONTAS

2021



1. CONTAS DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2021

- Nas contas agora apresentadas consta uma análise pormenorizada da situação económica e financeira da Santa Casa da Misericórdia e dos procedimentos contabilísticos e demais legislação aplicada:

- ✓ Balanço em 31 de dezembro de 2021
- ✓ Demonstração dos Resultados por Naturezas
- ✓ Demonstração de Fluxos de Caixa

- Anexo:

- ✓ Identificação da entidade
- ✓ Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
- ✓ Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
- ✓ Ativos fixos tangíveis
- ✓ Custos de empréstimos obtidos
- ✓ Inventários
- ✓ Rendimentos e gastos
- ✓ Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- ✓ Subsídios e outros apoios das entidades públicas
- ✓ Instrumentos financeiros
- ✓ Benefícios dos empregados
- ✓ Acontecimentos após a data de balanço
- ✓ Divulgações exigidas por outros diplomas legais
- ✓ Outras divulgações



2. BALANÇO

Santa Casa da Misericórdia de Chaves Balço Individual em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

ATIVO	Notas	31.Dez.21	31.Dez.20
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5.4	7 921 970,86	7 679 802,26
Bens do património histórico e cultural	5.4	264 115,19	264 115,19
Investimentos financeiros	5.9.3	66 987,80	31 287,37
Outro créditos e ativos não correntes	5.9.4/5.13.2	4 500,00	4 500,00
Total do Ativo não corrente		8 257 573,85	7 979 704,82
Ativo corrente			
Inventários	5.6	18 574,82	22 926,24
Créditos a receber	5.13.2	72 341,14	82 650,24
Estado e outros entes públicos	5.13.3	47 514,04	10 817,37
Diferimentos	5.13.4	0,00	1 020,56
Outras ativos correntes	5.13.2	1 382 556,19	63 389,33
Caixa e depósitos bancários	5.13.1	232 893,90	339 737,42
Total do Activo corrente		1 753 880,09	520 541,16
Total do Ativo		10 011 453,94	8 500 245,98
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	5.9.1	40 538,18	40 538,18
Resultados transitados	5.9.1	-660 556,02	-1 508 971,24
Excedentes de revalorização	5.9.1/5.4	3 934 155,33	4 037 685,74
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	5.9.1/5.8	3 075 068,60	2 492 956,83
		6 389 206,09	5 062 209,51
Resultado líquido do período		-119 684,57	-147 084,81
Total dos Fundos patrimoniais		6 269 521,52	4 915 124,70
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	5.9.5	1 851 903,83	1 703 574,34
Outras dívidas a pagar	5.9.5	717 493,52	792 360,64
Total do Passivo não corrente		2 569 397,35	2 495 934,98
Passivo corrente			
Fornecedores	5.13.5	139 141,07	204 225,37
Estado e outros entes públicos	5.13.3	89 459,25	96 746,17
Financiamentos obtidos	5.9.5	101 670,51	84 766,72
Diferimentos	5.13.4	7 854,37	38 510,29
Outros passivos correntes	5.13.5	834 409,87	664 937,75
Total do Passivo corrente		1 172 535,07	1 089 186,30
Total do Passivo		3 741 932,42	3 585 121,28
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		10 011 453,94	8 500 245,98

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Chaves, 9 de março de 2022

Contabilista Certificado n.º 31187

Mesa Administrativa

3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS



Santa Casa da Misericórdia de Chaves

Demonstração dos Resultados Individuais Exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.21	31.Dez.20
Vendas e serviços prestados	5.13.6	1 863 204,21	1 763 737,32
Subsídios, doações e legados à exploração	5.13.7	2 563 556,02	2 342 554,51
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5.6	-292 610,45	-445 971,88
Fornecimentos e serviços externos	5.13.8	-1 021 284,02	-795 293,97
Gastos com o pessoal	5.13.9	-3 084 377,53	-2 926 861,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	-42 054,70
Outros rendimentos e ganhos	5.13.10	148 331,82	316 090,16
Outros gastos e perdas	5.13.11	-34 581,29	-59 503,45
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		142 238,76	152 696,99
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-206 170,62	-230 494,43
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-63 931,86	-77 797,44
Juros e gastos similares suportados	5.13.12	-55 752,71	-69 287,37
Resultado antes de impostos		-119 684,57	-147 084,81
Resultado líquido do período		-119 684,57	-147 084,81

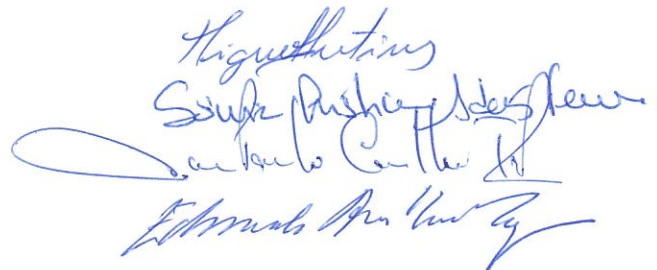
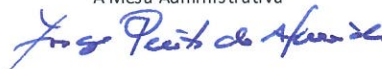
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Chaves, 9 de março de 2022

Contabilista Certificado n.º 31187



A Mesa Administrativa





4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Santa Casa da Misericórdia de Chaves
Demonstração de Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.21	31.Dez.20
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		1 620 047,49	1 909 991,75
Recebimentos de subsídios		2 393 326,40	2 691 650,04
Pagamentos a fornecedores		-1 385 307,19	-1 866 285,63
Pagamentos ao pessoal		-2 436 489,55	-3 286 144,78
Caixa gerada pelas operações		191 577,15	-550 788,62
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	-64,92
Outros recebimentos/pagamentos		-58 806,00	-37 021,89
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		132 771,15	-587 875,43
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-356 012,84	-62 431,45
Investimentos financeiros		-515,43	-4 233,79
		-356 528,27	-66 665,24
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		4 350,00	25 000,00
Outros ativos		0,00	5 123,97
Juros e rendimentos similares		1,04	1,00
		4 351,04	30 124,97
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		-352 177,23	-36 540,27
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		250 000,00	1 600 000,00
		250 000,00	1 600 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-84 766,72	-670 244,61
Juros e gastos similares		-52 670,72	-67 366,86
		-137 437,44	-737 611,47
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		112 562,56	862 388,53
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-106 843,52	237 972,83
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		339 737,42	101 764,59
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.13.1	232 893,90	339 737,42

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Chaves, 9 de março de 2022

Contabilista Certificado n.º 31187

A Mesa Administrativa

5. ANEXO

5.1 Identificação da Identidade.

5.1.1 Denominação da entidade.

Santa Casa da Misericórdia de Chaves, pessoa coletiva número 501429930.

5.1.2 Lugar da sede social.

Largo Caetano Ferreira, Concelho de Chaves, Distrito de Vila Real.

5.1.3 Natureza da atividade.

A Santa Casa da Misericórdia de Chaves é uma IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social - que desenvolve atividades de apoio social para pessoas idosas, com e sem alojamento, e de educação pré-escolar.

5.2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

5.2.1 Indicação do referencial contabilístico (NCRF- ESNL e outros normativos que tenham sido aplicadas nos termos do disposto no parágrafo 2.3 da NCRF -ESNL).

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o normativo contabilístico aplicável às entidades sem fins lucrativos (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

5.2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.



5.2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Considerando que a entidade não detém uma participação que consubstancie uma influência significativa (>20%) no controlo da Escola Profissional de Chaves bem como a sua política contabilística em relação a estes investimentos ser o custo menos perdas por imparidades, no presente ano não foi utilizado o Método de Equivalência Patrimonial na mensuração desta participação.

Importa referir que de acordo com este método, as participações financeiras são ajustadas após a data de aquisição (registadas inicialmente ao custo) pela quota-parte da entidade nos resultados das subsidiárias/associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período, e por alterações verificadas em outras rubricas de capitais próprios das subsidiárias/associadas, por contrapartida da rubrica «Ajustamentos em ativos financeiros», nos fundos patrimoniais.

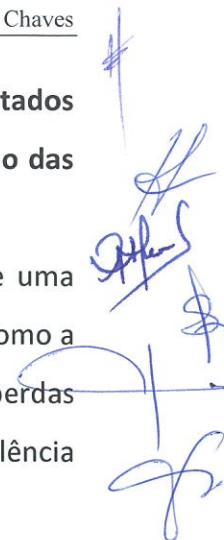
Pelo acima descrito, foram efetuadas as respetivas regularizações nas rubricas de “Ajustamentos em ativos financeiros” e “Investimentos financeiros” por contrapartida da rubrica de “Resultados Transitados” por forma a que a participação reflita o seu custo menos quaisquer perdas por imparidade anteriormente reconhecidas.

5.3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

5.3.1 Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas tendo por base o modelo do custo histórico e de acordo com as seguintes bases de apresentação: pressuposto da continuidade, pressuposto do acréscimo, consistência de apresentação, materialidade e agregação, não compensação e informação comparável.



**b) Outras políticas contabilísticas.****Ativos fixos tangíveis**

No ano de 2010 a Instituição procedeu a uma reavaliação livre de alguns dos seus imóveis. Dessa reavaliação resultou um incremento no património da Santa Casa de 5.176 mil euros.

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida. Na data da transição para a NCRF-ESNL, 1 de janeiro de 2011, a mesa administrativa decidiu considerar o custo dos imóveis, o seu custo considerado a 31.12.2010.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Ainda não foi possível proceder à realização do trabalho conducente à identificação, titularidade e valorização do património da entidade e sua reconciliação com os registos contabilísticos. Assim, não foi ainda possível proceder á completa e correta valorização do património imobiliário da Instituição.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	até 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 6



As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incorridas.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em quotas anuais durante as vidas úteis estimadas.

Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua prestação de serviço.

O método de custeio dos inventários adotado pela instituição é o FIFO.

Ativos e Passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período. No final de 2021 (e de 2020) a entidade não era titular deste tipo de instrumentos financeiros.

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.



No final de cada ano, a entidade avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Nesta categoria incluem-se os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Crédito a receber e outras dívidas a receber

Os saldos de clientes, utentes e outras dívidas a receber são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

b) Caixa e depósitos bancários.

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. São mensurados pelo seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados ao custo, ou seja, e em regra, pelo seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos.

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos na base do acréscimo.

Rédito

O rédito compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da entidade, líquido de impostos, abatimentos e descontos.

A entidade reconhece rédito quando este possa ser razoavelmente mensurável e seja provável que a entidade obtenha benefícios económicos futuros.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subseqüentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações/amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Provisões

São constituídas Provisões sempre que exista risco razoável de ocorrerem exfluxos monetários a partir da entidade num futuro previsível e o quantitativo de tais fluxos possa ser mensurado com fiabilidade.



Impostos sobre Rendimentos

Face ao seu reconhecimento como IPSS a entidade encontra-se isenta de IRC. Decorrente deste enquadramento, não são reconhecidos quaisquer impostos sobre lucros, havendo apenas uma exceção sem qualquer relevância.

Periodizações

Os seus rendimentos e gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Créditos a receber”, “Outros passivos correntes” e em “Diferimentos”.

Principais pressupostos relativos ao futuro.

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2021. Nestas condições, não têm lugar os riscos referidos em epígrafe, sendo que os riscos identificados na fase de preparação das contas de 2021 já nelas foram incorporados.

Principais fontes de incerteza das estimativas.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de

ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período, nomeadamente os relativos aos ativos fixos tangíveis (vidas úteis e métodos de depreciação), eventuais perdas por imparidade de créditos sobre terceiros e provisões.

5.3.2 Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Tal como explanado anteriormente (ver ponto 5.2.3.), considerando que a entidade não detém uma participação que consubstancie uma influência significativa (>20%) no controlo da Escola Profissional de Chaves não é possível a utilização do Método de Equivalência Patrimonial na mensuração desta participação. Deste modo, foram efetuadas as respetivas regularizações nas rubricas de “Ajustamentos em ativos financeiros” e “Investimentos financeiros” por contrapartida da rubrica de “Resultados Transitados” por forma a que a participação reflita o seu custo menos quaisquer perdas por imparidade anteriormente reconhecidas.

Para além do predito, não existiram alterações nas políticas contabilísticas adotadas.

5.3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros.

5.3.4 Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Tendo em consideração que a entidade tinha reconhecido nos seus fundos patrimoniais “Doações” com elevada antiguidade no valor global de 862.861,31 € e pelo facto de grande parte deste montante ser relativo a donativos monetários procedeu-se à correção deste valor para a rubrica de “Resultados Transitados”.

Tendo em linha de conta o já descrito anteriormente no que concerne à participação na Escola Profissional de Chaves, efetuou-se o respetivo ajustamento, resultando num ajustamento líquido no valor de € 24.937,56.



No ano de 2021, e somando aos apontados acertos outros factos de muito menor relevância, mas agregados àqueles do ponto de vista contabilístico, constata-se que as correções de erros de períodos anteriores tiveram um impacto positivo nos fundos patrimoniais de € 906.741,58 e um impacto negativo igual a 14.771,96 €.

5.4 Ativos fixos tangíveis

5.4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

Em 31 dezembro de 2021 e 2020 esta classe de Ativos apresenta os seguintes movimentos:

31 de Dezembro de 2021						
	Saldo em 01-Jan-21	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-21
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	503 737,89	0,00	0,00	0,00	0,00	503 737,89
Edifícios e outras construções	8 970 472,66	18 238,23	0,00	0,00	0,00	8 988 710,89
Equipamento básico	1 135 298,19	0,00	0,00	0,00	0,00	1 135 298,19
Equipamento de transporte	346 153,76	0,00	0,00	0,00	0,00	346 153,76
Equipamento administrativo	174 328,34	0,00	0,00	0,00	0,00	174 328,34
Outros ativos fixos tangíveis	145 716,81	0,00	0,00	0,00	0,00	145 716,81
Ativos fixos tangíveis em curso	8 118,00	430 740,85	0,00	0,00	0,00	438 858,85
	11 283 825,65	448 979,08	0,00	0,00	0,00	11 732 804,73
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	1 922 764,11	184 657,74	0,00	0,00	0,00	2 107 421,85
Equipamento básico	1 065 132,41	7 360,43	0,00	0,00	0,00	1 072 492,84
Equipamento de transporte	346 140,29	11 838,65	0,00	0,00	0,00	357 978,94
Equipamento administrativo	167 219,62	0,00	0,00	0,00	0,00	167 219,62
Outros ativos fixos tangíveis	103 406,82	2 313,80	0,00	0,00	0,00	105 720,62
	3 604 663,25	206 170,62	0,00	0,00	0,00	3 810 833,87
Ativo fixo tangível líquido	7 679 162,40					7 921 970,86

31 de Dezembro de 2020						
	Saldo em 01-Jan-20	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-20
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	503 737,89	0,00	0,00	0,00	0,00	503 737,89
Edifícios e outras construções	8 954 804,96	15 667,70	0,00	0,00	0,00	8 970 472,66
Equipamento básico	1 115 928,71	19 369,48	0,00	0,00	0,00	1 135 298,19
Equipamento de transporte	346 153,76	0,00	0,00	0,00	0,00	346 153,76
Equipamento administrativo	170 567,93	3 760,41	0,00	0,00	0,00	174 328,34
Outros ativos fixos tangíveis	134 740,31	10 976,50	0,00	0,00	0,00	145 716,81
Ativos fixos tangíveis em curso	8 118,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 118,00
	11 234 051,56	49 774,09	0,00	0,00	0,00	11 283 825,65
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	1 736 114,44	186 649,67	0,00	0,00	0,00	1 922 764,11
Equipamento básico	1 059 498,91	5 633,50	0,00	0,00	0,00	1 065 132,41
Equipamento de transporte	315 000,49	31 139,80	0,00	0,00	0,00	346 140,29
Equipamento administrativo	162 700,13	4 519,49	0,00	0,00	0,00	167 219,62
Outros ativos fixos tangíveis	100 854,85	2 551,97	0,00	0,00	0,00	103 406,82
	3 374 168,82	230 494,43	0,00	0,00	0,00	3 604 663,25
Ativo fixo tangível líquido	7 859 882,74					7 679 162,40

**a) .Quantia e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural.**

Em 31 de dezembro de 2021 a instituição apresenta bens relacionados com o património histórico e cultural no valor de 264 115,19 euros.

De acordo com o normativo aplicável, NCRF-ESNL, estes bens não são objeto de depreciação.

Tal como referido na nota 5.3.1 b) Ativos fixos tangíveis, esta tipologia de bens não se encontra identificada, podendo a correspondente valorização não estar correta, pelo que a contabilidade poderá não refletir convenientemente o valor deste agregado de bens.

5.4.2 Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos.

Ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

Imóveis	Forma de garantia	Passivo 31/12/2021	Passivo 31/12/2020	Beneficiário
Prédio urbano, sito em Gafos, freguesia de Santa Maria Maior, Chaves - U-1310	Hipoteca	250 000,00	250 000,00	Centro Social e Paroquial
Lar Vilarelho da Raia, prédio n.º 1024 e Lar de Vidago, prédio n.º 1744 e o Prédio urbano estrada Verín - martiz n.º 350	Hipoteca	1 703 574,34	1 538 341,06	Crédito Agrícola n.º 5606894349
		<u>1 953 574,34</u>	<u>1 788 341,06</u>	

5.4.3 Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte:

a) A data de eficácia da revalorização.

Ver 5.3.1 b)

b) Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização.

Foi aplicado o valor de mercado dos vários ativos revalorizados.



c) Movimentos ocorridos no excedente de revalorização durante o período, com uma explicação do tratamento fiscal dos elementos nele contidos.

Pela realização do excedente de revalorização, via depreciações do exercício, esta rubrica registou uma redução de 103.530,41 euros.

d) A quantia escriturada no balanço que teria sido reconhecida se os ativos fixos tangíveis não tivessem sido revalorizados.

Se a revalorização não tivesse ocorrido, a quantia de Ativos fixos tangíveis escriturada no Balanço reportado a 31/12/2021 seria de 3 548 956,68 euros, ou seja, inferior em 3 934 155,33 euros relativamente aos 7 483 112,01 euros apresentados no Balanço.

5.5 Custos de empréstimos obtidos.

Os juros de empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto no período a que dizem respeito. Em 2021, o valor destes gastos ascendeu a 55 752,71 euros, quando em 2020 o seu valor tinha sido de 69 287,37 euros.

5.6 Inventários.

5.6.1 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.

A instituição em 31 dezembro 2021 e 2020 apresenta as seguintes quantias escrituradas nas contas de inventários:

	<u>31-Dez-21</u>	<u>31-Dez-20</u>
Mercadorias	10.685,00	11.321,00
Matérias primas subsidiárias e de consumo	<u>7.889,82</u>	<u>11.605,24</u>
	<u>18.574,82</u>	<u>22.926,24</u>

5.6.2 Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período, e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão.

O custo das mercadorias e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos 31 de dezembro 2021 e 2020 é detalhado conforme segue:

	31-Dez-21			31-Dez-20		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	11 605,24	11 321,00	22 926,24	8 846,16	5 616,00	14 462,16
Regularizações	0,00	21 823,06	21 823,06	14 413,80	-558,00	13 855,80
Compras	92 084,03	174 451,94	266 535,97	253 345,16	187 235,00	440 580,16
Saldo Final	<u>7 889,82</u>	<u>10 685,00</u>	<u>18 574,82</u>	<u>11 605,24</u>	<u>11 321,00</u>	<u>22 926,24</u>
Custo das mercadorias	<u>95 799,45</u>	<u>196 911,00</u>	<u>292 710,45</u>	<u>264 999,88</u>	<u>180 972,00</u>	<u>445 971,88</u>

5.7 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não existem ativos contingentes. Contudo, a propósito do Contrato Programa celebrado com o Município de Chaves, já devidamente retratado, a entidade deverá receber até ao final do ano de 2029 o valor de 595.000€, recebimento esse que sucederá em tranches anuais.

O direito a receber aquele montante global por parte da entidade não se encontra refletido na contabilidade da mesma, por se entender que tal recebimento está dependente do cumprimento de certos requisitos por parte desta à medida que os anos forem decorrendo, até 2029.

5.8 Subsídios e outros apoios das entidades públicas.

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais.



Estes subsídios, reconhecidos pela Instituição em Fundos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são detalhados conforme segue:

	<u>31-Dez-21</u>	<u>31-Dez-20</u>
Piddac	886 656,75	918 957,12
Igreja Misericórdia	14 140,20	14 674,81
Comp. Pública Nacional	131 478,50	135 479,15
FEDER	231 063,83	238 231,88
NORTE-07-4842-FEDER	<u>1 481 729,32</u>	<u>0.00</u>
	<u>2 745 068,60</u>	<u>1 307 342,96</u>

No ano corrente foi imputado ao rendimento do período o montante de 44.003,68€.

5.9 Instrumentos financeiros

5.9.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.

Fundos

Esta rubrica não sofreu qualquer alteração no exercício de 2021.

Excedentes de Revalorização

Esta rubrica inclui reavaliações livres ao nível de Ativos Fixos Tangíveis realizadas em exercícios anteriores.

Pela realização do excedente de revalorização, via depreciações do exercício, esta rubrica registou uma redução de 103.530,41 euros, tal como já mencionado em 5.4.3 c), e teve como contrapartida a rubrica de “Resultados Transitados”.



Resultados Transitados

Tendo em consideração que a entidade tinha reconhecido nos seus fundos patrimoniais “Doações” com elevada antiguidade no valor global de 862.861,31 € e pelo facto de grande parte deste montante ser relativo a donativos monetários procedeu-se à correção deste valor para a rubrica de “Resultados Transitados”.

Tendo em linha de conta o já descrito anteriormente no que concerne à participação na Escola Profissional de Chaves, efetuou-se o respetivo ajustamento, resultando num ajustamento líquido no valor de € 24.937,56.

No ano de 2021, e somando aos apontados acertos outros factos de muito menor relevância, mas agregados àqueles do ponto de vista contabilístico, constata-se que as correções de erros de períodos anteriores tiveram um impacto positivo nos fundos patrimoniais de € 906.741,58 e um impacto negativo igual a 14.771,96 €.

Outras variações nos fundos patrimoniais

Esta rubrica inclui os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis no montante de 1 307 342,96 euros (ver também nota 5.9 Subsídios e outros apoios das entidades públicas) e o reconhecimento da participação financeira na Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega no valor de 330 000,00 euros.

Resultado líquido do período

O resultado líquido do período de 2021 é de -119 684,57€, enquanto o do período de 2020 foi de -147 084,81, euros.

5.9.2 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:

a) Quantia das dívidas com duração residual superior a cinco anos.

A instituição tem dívidas com pagamento para além do período de cinco anos. Essas dívidas são:

** Financiamento junto do Crédito Agrícola



» Valor total da dívida em 31/12/2021 resultante de dois financiamentos, 1.453.574,34 € e 250.000,00 € é de 1.703.574,34 €;

» Valor a pagar para além do período de cinco anos: 991 573,92 €

** Dívida à Segurança Social resultante de uma Ação Inspetiva:

» Valor da dívida à Segurança Social em 31/12/2021 é de 831.113,21 €

» Valor a pagar para além do período de cinco anos: 435 200,72 €

b) Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade, e indicação da natureza e da forma dessas garantias.

As únicas dívidas da instituição nestas condições são as mencionadas em 5.4.2.

A natureza e a forma das garantias prestadas a respeito dessas dívidas com reporte a 31/12/2021 consubstanciam-se em hipotecas sobre:

- ✓ Prédio urbano estrada Verin-matriz n.º 350: **496 648,08 euros;**
- ✓ Lar Vilarelho da Raia, prédio n.º 1024: **177 979,42 euros;**
- ✓ Lar de Vidago, prédio n.º 1744: **1 409.017,80 euros;**
- ✓ Prédio urbano, sito em Gafos, freguesia de Santa Maria Maior, Chaves - U-1310: **311 584,75 euros.**

5.9.3 Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.

Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega - Posição no final de 2021
(com base na informação financeira a 31 de dezembro de 2020)

Valor bruto do investimento

414 Investimentos noutras empresas	
4141 Partes de Capital	330 000,00

Valor global da imparidade

41912 Perdas por imparidade	281 700,41
-----------------------------	------------

5.9.4 Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

Outros créditos.

A instituição apenas tem reconhecidas dívidas de terceiros superiores a um ano no valor de 4.500 euros. Este montante representa a caução prestada pela instituição à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no âmbito da atividade que desenvolve como mediador dos Jogos Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

5.9.5 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

Dívidas a instituições de crédito.

As dívidas com duração residual superior a um ano são as que decorrem dos financiamentos bancários e podem ser desdobradas como se segue:

	31-Dez-21		31-Dez-20	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários – Crédito Agrícola	1 601 903,83	101 670,51	1 453 574,34	84 766,72
Outros financiadores	250 000,00	0,00	250 000,00	0,00
I.G.F.S. Social	717 493,22	70 573,20	0,00	0,00
	2 569 397,05	172 243,71	1 703 574,34	84 766,72



5.10 Benefícios dos empregados.

- a) Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras;

A instituição em 31 dezembro 2021, tinha os seguintes funcionários:

	<u>31-Dez-21</u>
Estágios Profissionais	3
Processos MAREESS	11
CEI+ (contrato emprego inserção +)	3
Independentes	8
Dependentes	228
Total	<u>253</u>

5.11 Acontecimentos após a data de balanço.

Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.

Na sequência da pandemia COVID-19, a entidade tomou um conjunto de medidas tendentes à minimização dos riscos e ao reforço da monitorização da atividade, apesar de a taxa de abstencionismo de trabalhadores que ficaram em isolamento ainda ter sido representativa. Em todo o caso, não se prevê, para 2022, que tais efeitos venham a ter um impacto profundo no nível de atividade da entidade.

A invasão da Ucrânia pela Rússia está a ter repercussões impactantes na estrutura económico-financeira mundial, afetando as condições de funcionamento e financiamento das instituições públicas e privadas, designadamente quanto às alterações de preços nos mercados dos fatores energéticos e das matérias-primas, não sendo, neste momento, possível fazer a quantificação dos seus efeitos na sua atividade de exploração em 2022.



5.12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais.

Dívidas ao Estado e aos trabalhadores em situação de mora.

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Existem, de facto, dívidas à Segurança Social de valor bastante avultado, cujo valor não foi totalmente pago de uma só vez, encontrando-se a ser pagas em prestações na base de planos de pagamento aprovados por este organismo.

5.13 Outras divulgações.

5.13.1 Caixa e depósitos bancários.

Todos os valores apresentados em caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso. A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é feita de seguida:

	<u>31-Dez-21</u>	<u>31-Dez-20</u>
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	224 961,23	336 266,07
Caixa e seus equivalentes	1 932,67	2 471,35
Outros equivalentes de caixa	6 000,00	1 000,00
	<u>232 893,90</u>	<u>339 737,42</u>



5.13.2 Créditos a receber e outros ativos correntes.

Em 31 dezembro de 2021 e 2020, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	31-Dez-21		31-Dez-20	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
IEFP	0,00	24 932,82	0,00	47 039,77
Devedores diversos	0,00	7 011,34	0,00	6 065,77
Caução Santa Casa M. Lisboa	4 500,00	0,00	4 500,00	0,00
Devedores Diversos - Segurança Social	0,00	9 960,43	0,00	6 432,50
Devedores por acrésc. Rend. - Seg. Social	0,00	7 277,68	0,00	3 773,72
Adiantamentos ao pessoal	0,00	39,55	0,00	77,57
Clientes e utentes	0,00	72 341,14	0,00	82 650,24
NORTE-07-4842-FEDER	0.00	1 333 334,37	0.00	0.00
	4 500,00	1 454 897,33	4 500,00	146 039,57

5.13.3 Estado e Outros Entes Públicos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentam a seguinte composição:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Ativo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	47 514,04	10 817,37
	47 514,04	10 817,37
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	12 730,83	15 630,43
Segurança Social	76 323,69	80 645,93
Outras tributações	404,73	469,81
	89 459,25	96 746,17



5.13.4 Diferimentos

Em 31 dezembro de 2021 e 2020, a rubrica do ativo de “Diferimentos” apresenta a seguinte composição:

	<u>31-Dez-21</u>	<u>31-Dez-20</u>
Diferimentos (Ativo)		
Seguros	0,00	1 011,86
Materiais	0,00	8,70
	<u>0,00</u>	<u>1 020,56</u>

Em 31 dezembro de 2021 e 2020 a rubrica do passivo “Diferimentos” apresenta a seguinte composição:

	<u>31-Dez-21</u>	<u>31-Dez-20</u>
Diferimentos (Passivo)		
IEFP	7 854,37	38 510,29
	<u>7 854,37</u>	<u>38 510,29</u>

5.13.5 Fornecedores e outros passivos correntes.

Em 31 dezembro de 2021 e 2020 as rubricas de “Fornecedores”, “Outras dívidas a pagar” e de “Outros passivos correntes” apresentam a seguinte composição:

Fornecedores e outras dívidas a pagar

	<u>31-Dez-21</u>	<u>31-Dez-20</u>
Fornecedores c/c	139 141,07	204 225,37
	<u>139 141,07</u>	<u>204 225,37</u>

**Outros passivos correntes**

	31-Dez-21		31-Dez-20	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	0,00	68,96	0,00	2 927,95
Remunerações a liquidar	0,00	429 023,90	0,00	405 566,26
Fornecedores de investimento	0,00	180 746,72	0,00	45 000,00
Juros a liquidar	0,00	5 566,41	0,00	5 535,75
Reposições Segurança Social	0,00	116 018 ,18	0,00	100.788 ,68
Segurança Social- Juros Mora	0,00	6.191,88	0,00	5.267,04
Provisões	0,00	36.854,61	0,00	42.054,70
Sindicatos	0,00	532,01	0,00	457,96
Depósitos de utentes	0,00	10 582,21	0,00	10 582,21
Credores diversos	0,00	20 408,63	0,00	18 976,31
Eletricidade a liquidar	0,00	7 747,33	0,00	7 071,27
Gás a liquidar	0,00	19 185,53	0,00	13 039,30
Água a liquidar	0,00	376,50	0,00	0,00
XM Service	0,00	0,00	0,00	7 670,32
Despesas diversas	0,00	1 107,00	0,00	0,00
	0,00	834 409,87	0,00	664 937,75

5.13.6 Rédito.

O rédito reconhecido pela instituição em 31 dezembro de 2021 e 2020 é detalhado conforme se segue:

	31-Dez-21			31-Dez-20		
	Utentes	Outros	Total	Utentes	Outros	Total
Quotas	13 385,00	0,00	13 385,00	4 890,00	0,00	4 890,00
Mensalidades utentes	1 538 480,05	0,00	1 538 480,05	1 491 115,38	0,00	1 491 115,38
Serviços Secundários	92 291,67	0,00	92 291,67	59 591,66	0,00	59 591,66
Vendas:						
Fraldas	22 222,49	0,00	22 222,49	27 143,10	0,00	27 143,10
Medicamentos	14,00	0,00	14,00	25,18	0,00	25,18
Outras	196 811,00	0,00	196 811,00	180 972,00	0,00	180 972,00
	1 863 204,21	0,00	1 863 204,21	1 763 737,32	0,00	1 763 737,32



5.13.7 Subsídios.

Durante os exercícios de 2021 e 2020, a instituição beneficiou dos seguintes subsídios à exploração

	<u>31-Dez-21</u>	<u>31-Dez-20</u>
Centro Regional Segurança Social		
Infância e Juventude	927 328,24	854 018,10
Terceira Idade	1 323 388,62	1 290 185,98
IEFP	105 865,26	25 560,65
Outras Entidades Públicas	206 973,90	172 789,78
	<u>2 563 556,02</u>	<u>2 342 554,51</u>

As participações do Centro Regional de Segurança Social estão relacionadas com os vários serviços prestados à comunidade pela instituição e são definidos de acordo com o número de utentes dos serviços comparticipados por esta entidade.

5.13.8 Fornecimentos e serviços externos.

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 dezembro 2021 e 2020 é detalhada conforme se segue:

	<u>31-Dez-21</u>	<u>31-Dez-20</u>
Subcontratos	582 439,54	0,00
Serviços especializados	131 267,46	428 247,47
Materiais	29 691,03	34 051,62
Energia e fluídos	219 142,89	210 621,62
Deslocações, estadas e transportes	1 677,35	1 570,79
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	26 591,34	11 414,63
Comunicação	11 038,58	10 907,71
Seguros	11 617,75	13 926,56
Contencioso e notariado	1 255,23	2 216,84
Despesas de representação	62,70	26,90
Limpeza, higiene e conforto	5 081,79	65 347,89
Outros serviços	1 418,36	16 961,94
	<u>1 021 284,02</u>	<u>795 293,97</u>



5.13.9 Gastos com o pessoal.

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 dezembro 2021 e 2020 é detalhada conforme se segue:

	<u>31-Dez-21</u>	<u>31-Dez-20</u>
Remunerações do pessoal	2 529 792,56	2 385 399,49
Indemnizações	0,00	3 545,49
Encargos sobre remunerações	518 624,35	505 443,47
Seguros	27 381,92	26 859,65
Outros gastos com pessoal	8 578,70	5 612,90
	<u>3 084 377,53</u>	<u>2 926 861,00</u>

5.13.10 Outros rendimentos.

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 dezembro 2021 e 2020 é conforme segue:

	<u>31-Dez-21</u>	<u>31-Dez-20</u>
Rendas	5 656,96	5 141,44
Subsídios ao investimento	44 003,68	62 403,63
Donativos	53 259,17	72 970,98
Outros rendimentos e ganhos	45 409,93	175 573,11
Juros	1,04	1,00
	<u>148 330,78</u>	<u>316 090,16</u>

**5.13.11 Outros gastos.**

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 dezembro 2021 e 2020 é conforme segue:

	<u>31-Dez-21</u>	<u>31-Dez-20</u>
Impostos	4 402,86	5 120,49
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Correções relativas per. anteriores	23 189,63	25 493,08
Quotizações	1 320,00	1 330,00
Outros gastos	5 668,80	27 559,45
	<u>34 581,29</u>	<u>59 503,45</u>

5.13.12 Juros e gastos similares suportados.

Os gastos de financiamento no decurso dos exercícios findos em 31 dezembro de 2021 e 2020 são detalhados conforme segue:

	<u>31-Dez-21</u>	<u>31-Dez-20</u>
Juros suportados	55 752,71	69 287,37
	<u>55 752,71</u>	<u>69 287,37</u>

Chaves, 9 de março de 2022

Hélder Ferreira

Contabilista Certificado n.º 31187



Santa Casa da Misericórdia de Chaves
Largo Caetano Ferreira - Apartado 70
5400-136 Chaves CAE: 934200 NIF: 501429930

2
f

Folha 23

Parecer

Somos de parecer favorável à aprovação do Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2021, uma vez que os documentos se encontram de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis.-----

Não havendo nada mais a tratar, deu-se por encerrada a sessão pelas dezassete horas e dez minutos, da qual foi lavrada a presente ata que será assinada pelo Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Chaves.-----

O Presidente

O Vogal Efetivo

O Vogal Efetivo

O Vogal Suplente



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 10.011.454 euros e um total de capital próprio de 6.269.522 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 119.685 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião com reservas

A Santa Casa não dispõe de um cadastro dos ativos fixos tangíveis que permita efetuar uma verificação quantitativa e qualitativa dos bens que integram o património imobiliário e mobiliário da Instituição e se os bens sujeitos a registo se encontram todos identificados e registados na Conservatória do Registo Predial. Por tal facto, não nos foi possível concluir quanto à integralidade do valor das rubricas de “Ativos Fixos Tangíveis” e “Bens do património histórico e cultural” evidenciadas no ativo da entidade pelo valor global de € 7.747.227,20 bem como acerca da razoabilidade da rubrica de “Excedentes de Revalorização” evidenciada nos fundos patrimoniais da entidade pelo valor de € 3.934.155,33 e consequentemente quanto à razoabilidade do montante de € 206.170,62 relativo ao saldo da rubrica “Depreciações do exercício” que consta da Demonstração de Resultados.

A rubrica de subsídios ao investimento apresenta um saldo de € 2.745.068,60, para a qual não nos foi possível obter evidência sobre a razoabilidade de saldos no valor de € 1.263.339,28, quer pela ausência de contratos de investimento, quer por não nos ter sido possível verificar os fluxos financeiros subjacentes. Admitimos, no entanto, que se trate de subsídios com particular antiguidade, cujos processos de suporte não estejam adequadamente instruídos e catalogados e cuja relevação contabilística nunca tenha sido feita em conformidade com o normativo contabilístico aplicável, ou seja, a imputação sistemática a resultados de acordo com o plano de depreciações dos ativos subjacentes.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos

dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

A entidade tem vindo a apresentar resultados negativos evidenciando um desequilíbrio estrutural entre gastos e rendimentos que provocou um desequilíbrio financeiro que se impõe corrigir com a maior urgência, quer pela via da racionalização/diminuição dos gastos (controlo orçamental), quer pela via do aumento dos rendimentos através de novos acordos.

Anotamos o facto da entidade, nas aquisições de bens e serviços que efetua, estar sujeita às disposições normativas previstas no n.º 2 do art.º 2.º do Código dos Contratos Públicos, em virtude de o total de rendimento ser maioritariamente assegurado por recursos públicos (subsídios à exploração).

Conforme divulgado no Anexo, na sequência da pandemia COVID-19, a entidade tomou um conjunto de medidas tendentes à minimização dos riscos e ao reforço da monitorização da atividade, apesar de a taxa de abstencionismo de trabalhadores que ficaram em isolamento ainda ter sido representativa. Em todo o caso, não se prevê, para 2022, que tais efeitos venham a ter um impacto significativo no nível de atividade da entidade.

Em conformidade com o disposto no Anexo, a mais recente invasão da Ucrânia pela Rússia está a ter repercussões impactantes na estrutura económico-financeira mundial, afetando as condições de funcionamento e financiamento das instituições públicas e privadas, designadamente quanto às alterações de preços nos mercados dos fatores energéticos e das matérias-primas, não sendo, neste momento, possível fazer a quantificação dos seus efeitos.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Outras matérias

As demonstrações financeiras do período anterior foram auditadas por outro revisor oficial de contas, o qual emitiu uma opinião modificada no que diz respeito às áreas de “Ativos Fixos Tangíveis”, “Excedentes de Revalorização e “Subsídios ao Investimento”.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato

Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Bragança, 09 de março de 2022



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC n.º 1047)
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda.